



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado do Pará

1º PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS/2020
PROVA SUBJETIVA
CURSO DE DIREITO

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

Esta prova contém 02 (duas) questões dissertativas de Direito. As respostas conferidas às questões desta prova serão utilizadas também para avaliação da Língua Portuguesa.

As questões têm valor idêntico de 05 (cinco) pontos e devem ser respondidas, cada uma, no espaço máximo de 30 linhas.

Leia com atenção a sua prova e verifique se está completa. Caso exista algum problema, ligue para 98403-7831.

A prova terá duração de 3h30 (três horas e 30 minutos), contadas do horário de início da prova informado no Edital.

Antes de enviar a prova, verifique atentamente o preenchimento das questões.

Quando o tempo de prova expirar, a tentativa será enviada automaticamente.

Tenha calma ao responder as questões e boa prova!

QUESTÕES DISSERTATIVAS – 10 PONTOS

QUESTÃO 1

Caio Souza, funcionário público federal, gerente da agência dos Correios localizada no Município de Belém, tinha como atribuição expressa de seu cargo a conferência diária das transações realizadas, bem como a guarda do dinheiro arrecadado no cofre existente naquela instituição.

Essas atribuições estavam previstas em normas internas da empresa pública federal e eram de pleno conhecimento de Caio Souza. No entanto, após um dia exaustivo de trabalho, Caio Souza resolveu ir mais cedo descansar e fechou a agência sem guardar o dinheiro no cofre da agência.

Embora acreditasse que nenhum problema aconteceria, no outro dia cedo, logo que chegou ao seu local de trabalho, Caio Souza constatou que a agência havia sido arrombada durante a noite e todo o valor subtraído, totalizando um prejuízo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Considerando essa situação hipotética, responda:

1. A conduta de Caio Souza pode ser enquadrada como ato de improbidade administrativa?
2. Em caso positivo, indique qual a espécie de ato de improbidade cometido, suas consequências e o Juízo competente para a ação que será proposta. Em caso negativo, indique as razões fáticas e jurídicas de seu convencimento.

01 _____

05 _____

10 _____

15 _____

20 _____

25

30

QUESTÃO 2

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia em desfavor de José da Silva pela prática do crime ambiental tipificado nos arts. 40 c/c 40-A da Lei nº 9.605/98, tendo em vista que causou dano direto à zona de amortecimento de unidade de conservação, uma vez que desmatou 103 ha de vegetação nativa. A justa causa foi alicerçada no Auto de Infração lavrado pelo ICMBIO e nos demais elementos do procedimento administrativo de responsabilidade da autarquia ambiental. O Ministério Público ofereceu, ademais, rol com 4 (quatro) testemunhas na peça de denúncia.

A defesa de José da Silva, em sede de resposta à acusação, sustentou o seguinte:

- i)** nulidade insanável da denúncia, porque não houve a instauração prévia de inquérito policial, elemento indispensável da ação penal;
- ii)** a falta de justa causa para a denúncia, uma vez que o Ministério Público não comprovou cabalmente a autoria delitiva quando do seu oferecimento e deve vigorar o princípio do *in dubio pro reo* durante toda a persecução penal;
- iii)** a violação ao princípio da legalidade no viés taxatividade, uma vez que o art. 40 da Lei nº 9.605/98, *caput*, não menciona expressamente o termo “zona de amortecimento”, razão pela qual não é possível subsumir a conduta ao referido dispositivo;
- iv)** a violação do princípio da subsidiariedade da intervenção penal, uma vez que o Réu já havia sido autuado administrativamente e inclusive quitou a multa, razão pela qual o ajuizamento de denúncia e o processo penal em si seriam inconstitucionais.

Na qualidade de estagiária (o) do Ministério Público Federal elabore dissertação abordando - argumentativa e criticamente - cada uma das teses defensivas deduzidas pela defesa e apresente as suas conclusões à(o) Procurador(a) da República que atua no processo.

01 _____

05 _____

10 _____

15 _____

20

25

30
